



Anais da Assembléia

Nº 76

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE AGOSTO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 61.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1989.
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pela Senhora Deputada Amélia Hruschka e pelo Senhor Deputado João Arruda.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Caio Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrarri Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo e Valderi Mendes Vilela (39). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados Orlando Pessuti, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Edmar Luiz Costa, Ezequias Losso, Homero Oguido, José Alves, José Rogério Carvalho, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos e Vera Agibert (15).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1708

Senhor Presidente:

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento do Projeto de Lei nº 196/89 em REGIME DE URGÊNCIA à ORDEM DO DIA uma vez que se trata de matéria de interesse da coletividade Santahelenense.

Sala das Sessões, em 24.08.1989.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A coletividade Santahelenense, através de documentação anexa ao Projeto de Lei nº 196/89, de autoria deste Parlamentar, aguarda com ansiedade e ao mesmo tempo com certeza, que devido a consideração pelos trabalhos levados a efeito pela APAE-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Helena, venhamos a declarar como de Utilidade Pública a citada entidade. Desta forma, nosso reconhecimento pelos préstimos levados à efeito junto a parcela necessita daquela sociedade e as condições legais para que possa também, contar com o apoio governamental.

REQUERIMENTO Nº 1713

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 94/89, de sua autoria, de acordo com o Art. 108 do Regimento Interno, desta Casa, visto que o projeto supra citado visa declarar de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos da Vila Maria Antonieta", com Sede e Foro no Município de Piraquara, cujos documentos anexados ao projeto preenchem todos os requisitos exigidos pela Lei nº 6994.

Sala das Sessões, em 24.08.1989.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO Nº 1719

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.08.1989.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO Nº 1710

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais RE-

QUER, após ouvido o Plenário, seja retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 sessões, o Projeto de Lei nº 98/89, constante da Ordem do Dia de hoje, em 1.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 24.08.1989.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº 1725

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar, pelo prematuro falecimento do menor IRIS ANTÔNIO MAUZUCHETTI JUNIOR, ocorrido em Campo Mourão; que deste requerimento seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.08.1989.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Filho de tradicional família de Campo Mourão, do Advogado Doutor Iris Antônio Mazuchetti, o menor Iris Antônio Mazuchetti Júnior, veio a falecer vítima de lamentável acidente.

REQUERIMENTO Nº 1709

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, voto de saudades ao inesquecível Presidente GETÚLIO DORNELES VARGAS pela passagem do 35º aniversário de seu falecimento.

Sala das Sessões, em 24.08.89.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

A Nação brasileira lembra com muita saudade o seu grande Presidente GETÚLIO VARGAS. Há trinta e cinco anos o povo combalido e inconformado chorava com a surpreendente notícia de que o grande brasileiro havia se suicidado no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, sede do Governo.

Em uma manhã fria, 24 de agosto de 1954, chegava ao fim uma vida brilhante, que comandou o Brasil durante quinze anos, voltando para mais quatro anos eleito pelo voto popular. Getúlio Vargas, pioneiro das leis trabalhistas, criador dos Institutos de Previdência Social, IAPI, PAPTEC, IAPC, que durante longos anos deram efetiva assistência médica e hospitalar ao trabalhador brasileiro, criador do Código de Minas, Código das Águas, Petrobrás, Volta Redonda, entre tantos outros, saía para entrar na história; como ele muito bem escrevera na carta testamento, momentos antes de tomar o ato final.

Nascido em São Borja (Rio Grande do Sul), a 19 de abril de 1883, abraçara a vida política tão intensamente que seu governo estendeu-se como o mais longo da República.

Toda a existência de Getúlio Vargas, foi vivida sob o zelo da grandeza, nada é pequeno nele. Ao se falar no menino de São Borja, que atingiu as culminâncias deste País, tem-se de julgá-lo fora dos padrões comuns, abstrair simpatias ou malquerenças e encará-lo como excepcional, como símbolo duma era que permitiu a adoção no Brasil de práticas sociais e a passagem do capitalismo liberal para o estágio em que é controlado e vigiado pelo Estado em benefício do bem comum.

Em um breve relato da vida do grande estadista temos que a infância de Getúlio decorreu em São Borja, na fazenda "Triunfo", que era a propriedade da família. Entregue aos livros, tornou-se concentrado e sério. Gostava de participar das conversas de adultos, já aos sete anos de idade. Pinheiro Machado o grande caudilho, lembrou-o muitas vezes e foi profético, ao reparar na atenção do menino: "Vargas, esse menino irá longe: quem sabe se aqui não estará um dos futuros chefes da República que tanto nos preocupa? Com o furor da Revolução Federalista, seu pai o Cel. Manoel do Nascimento Vargas resolveu não ficar indiferente. E empenhou-se nela com tal denodo que Floriano Peixoto concedeu-lhe a patente de General-de-Exército.

Getúlio Vargas fez seus estudos primários no colégio particular do Prof. Fabriciano Júlio Braga e já aí revelara qualidade de liderança e força de vontade. Após alguns anos foi estudar em Ouro Preto, mas a permanência foi rápida, retornando a São Borja, já o vemos, em 1898, como praça do 6º Batalhão de Infantaria, ali sediado, acalentando um sonho de menino de se tornar soldado. Em 1899 já era 2º Sargento. O ambiente militar, porém, numa época em que o exército não tinha suficiente formação profissional, decepcionou-o.

Desligado do Exército, aos vinte anos, Vargas voltou à Faculdade de Direito de Porto Alegre. Bacharel quatro anos, depois, voltou para São Borja, abstendo-se aí das lutas forenses. No outono de 1908 foi nomeado promotor público da comarca de Porto Alegre.

Impossara-se Getúlio Vargas no cargo de promotor quando, pouco depois, um sequestro suburbano de Porto Alegre agrediu, alta noite, um operário que voltava para casa, revidando o trabalhador, feriu-o com um formão, um dos seus instrumentos de serviço, sendo por isso conduzido ao júri. Mas o promotor pediu sua absolvição. Vargas fartou-se de requisitórios. No mesmo ano solicitou exoneração.

Aos 27 anos de idade, em 1909, Getúlio estava inscrito na chapa dos Deputados à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul.

Poucas vezes indo à tribuna, mas,

atuando eficazmente nas comissões, não é de admirar que Vargas fosse reconduzido à Assembléia nas eleições seguintes. Mas para ser solidário a dois colegas que haviam renunciado ao mandato, ele também o fez, para não beneficiar-se dos afastamentos dos colegas.

Regressando de Porto Alegre, após a renúncia, Vargas não ficou indiferente ao quadro político. Seu escritório de advocacia era a sala onde seus correligionários iam buscar soluções para os problemas. Assim a cidade levou-o mais uma vez, à Assembléia dos Representantes para desta vez não haver mais afastamento da política, que seria a companheira, fiel e infiel até a morte. Logo que assumiu a cadeira, foi indicado por Borges de Medeiros para ser líder da maioria republicana. Em 1922, o Partido Republicano escolheu-o para preencher uma vaga na Câmara Federal onde foi facilmente eleito.

Getúlio Vargas em menos de dois anos adquiriu a admiração e o respeito de seus pares. Sua atuação primava pela firmeza, numa tolerância consciente. No Plenário da Câmara os discursos de Vargas, pronunciados com segurança, altivez e conhecimento, eram ouvidos e respeitados sem apartes. Dir-se-ia que sua figura estava por cima dos eventos e diferenças partidárias.

O ritmo ascensional de Getúlio não seria interrompido. Ministro da Fazenda em novembro de 1926, com sua posse esperanças-se os gaúchos para conseguir pela primeira vez a Presidência da República, até então feudo do eixo Minas-São Paulo.

Formada a Aliança Liberal, composta pelas situações dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba, para se opor a política do "café com leite", da qual São Paulo, com a indicação de Júlio Prestes, outro paulista se divorciara, Getúlio Vargas e João Pessoa compuseram a chapa que enfrentaria o situacionismo federal. Ainda as alterações da ordem na Paraíba provocaram o assassinato de João Pessoa, dando-se a esse crime uma colaboração política inflamadora de ânimos revolucionários, embora originalmente não tivesse sido.

Vitorioso Julio Prestes, como se previa, Vargas, Antônio Carlos e Osvaldo Aranha reforçaram o aliciamento de revolucionários, conseguindo subtrair alguns da influência de Luiz Carlos Prestes, à época tentado pelo canto de sereia comunista. A revolução começou a 3 de outubro e findou com o golpe de 24 do mesmo mês, quando uma junta militar depôs, no Rio de Janeiro, a Washington Luiz guardando o poder para o candidato esbulhado nas urnas, ou seja, Vargas.

Iniciado o governo revolucionário, logo as preocupações se voltaram para São Paulo, onde João Alberto, bravo revolucio-

nário, não contentava a ninguém como interventor. Acentuaram-se os pruridos constitucionalistas, ao mesmo tempo em que ascendiam ao poder aos "tenentes", que desejavam um tempo maior de ação revolucionária, a fim de endireitar o País.

A primeira dificuldade realmente séria do Governo Provisório Getúlio Vargas foi a Revolução Paulista, deflagrada para "apressar a reconstitucionalização do Brasil", segundo seus organizadores, e taxada de "reacionária", pelos adversários. Sustentaram os paulistas, durante três meses, a luta desigual e acabaram por aceitar a trégua proposta por Vargas. Diz-se que foi aí que Vargas, pela primeira vez, pensou em suicidar-se, deixando um manifesto à Nação. De uma forma ou de outra, serviu a revolução para o aprazamento da data de 03 de maio de 1933, para a realização das eleições. A Assembléia Constituinte reuniu-se e a 16 de outubro de 1934, promulgava a nova Constituição Federal, sendo eleito ainda Getúlio Vargas para exercer a presidência até 1938.

Muitos dos revolucionários de 1922 a 1930 desiludiram-se dos rumos da Revolução e seguiram Prestes no desvio à esquerda. Valendo-se da Aliança Nacional Libertária, organizada como dique à expansão do integralismo, que à época galvanizava as Forças Armadas, sob a direção de Flínio Salgado, os comunistas organizaram um movimento de âmbito nacional para fazer ingressar o País nos rumos marxistas-leninistas. Na segunda quinzena de novembro, a insurreição estourou no Rio Grande do Norte, onde teve sucesso por algum tempo, estendendo-se, depois a Pernambuco - onde morreram 720 revolucionários, só no centro de Recife - e ao próprio Distrito Federal com os levantes do 3º Regimento de Infantaria e da Escola de Aviação. Mas a ação de Vargas foi rápida e se diz até que tudo foi preparado subrepticamente por ele, para esmagar a esquerda.

A 10 de novembro de 1937, o Brasil mergulhava no Estado novo, "no regime síntese das aspirações nacionais" ingressando Getúlio, ao mesmo tempo, num novo estágio de poder, que inicialmente, acompanhando a maré mundial, voltou-se para um velado apoio ao facismo. Porém os integralistas que tinham a estabelecer a ditadura, foram surpreendidos com o fechamento de todas as agremiações políticas, inclusive a sua, decidindo por isso, reagir ao sufocamento que lhes era imposto pela tática varguista.

Desferiram um ataque ao Palácio Guanabara, a 11 de maio de 1938, juntamente com ações combinadas no centro da cidade, para interromper as comunicações, mas a revolta falhou por falta de apoio de elementos comprometidos. Seria essa a última reação

a Getúlio até o final da segunda Guerra Mundial.

A decisão inicial de Vargas, de conservar-se neutro diante do conflito mundial, mudou de curso quando submarinos germânicos afundaram navios e mataram centenas de brasileiros. O Brasil entrou na guerra e as preocupações internas foram sobrelevadas por três anos, pelas maiores da escala internacional. Quando porém, a Força Expedicionária Brasileira retornou dos campos da Itália, coberta de glórias, a ânsia pela queda da ditadura cresceu de intensidade. Vargas, arguto, sentiu que o regime não duraria muito tempo. Consentiu que se marcassem as eleições e ele próprio estimulou o Gen. Eurico Gaspar Dutra para concorrer com o Brigadeiro Eduardo Gomes pelo direito ao seu lugar. Mas as oposições, reforçadas agora pelo vento da liberdade que corria o mundo, gritaram que ele estava se mobilizando para o continuísmo.

A indicação de seu irmão, Benjamim Vargas para a Chefia de Polícia, de onde saíra o inatacável João Alberto Lins de Barros, precipitou a ação das Forças Armadas que a 29 de outubro de 1945, o depuseram, assumindo o governo provisoriamente, o Ministro José Linhares do STF, que passou às mãos de Dutra, eleito com o apoio de Vargas.

Embora deposto pelos militares, que se esqueceram de cassar-lhe os direitos políticos, Vargas foi eleito senador por dois Estados e deputado por sete. Até 1950, permaneceu mais no Rio Grande do Sul, no exílio voluntário, onde o visitaram raros amigos. Um filho de um fazendeiro local, chamado João Belchior Marques Goulart, cativou-o com a presença constante numa época em que todos dele se afastavam.

Os políticos confundiram-se quando tiveram que eleger o sucessor de Dutra e o cetro voltou, finalmente para Getúlio Vargas.

Mas, o homem que tomou as rédeas em 1951, depois de ter vencido o adversário de seu partido (Eduardo Gomes) era um homem diferente. Voltava mais gasto, mais sensível, mais solitário, porém desejoso de paz. A falta de contato com os políticos nacionais e a ingratidão de muitos deles haviam atuado fundo no coração daquele homem aparentemente frio. Sua preocupação nessa época voltava-se para o povo, como ele disse, pública e intimamente também.

REQUERIMENTO Nº 1707

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao

Jornalista VALBER N. FERRAZ TORRES, pelo lançamento do Jornal Folha de Guaratuba na cidade litorânea de Guaratuba.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao mencionado jornalista.

Sala das Sessões, em 24.08.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O Jornal Folha de Guaratuba, lançado pelo jornalista Valber N. Ferraz Torres, em Guaratuba, inicialmente quinzenal, para o curto prazo, semanal, que terá circulação em toda a região litorânea, representa o verdadeiro espírito paranista, que certamente contribuirá sobremaneira para o nosso desenvolvimento social, cultural e econômico.

A alta tecnologia aliada à capacidade criativa dos recursos humanos sob a orientação e eficiente capacidade gerencial do Jornalista Valber N. Ferraz Torres, lançador do Jornal Folha de Guaratuba, resumem os fatores de promissor sucesso.

A imprensa tem uma grande responsabilidade na construção dos ideais de um povo, porque participa da construção do Estado oferecendo contribuição inestimável para o fortalecimento das instituições e preservação dos valores que formam as sociedades desenvolvidas, justas e unitárias.

Guaratuba e todo o litoral paranaense, está de parabéns pelo lançamento do Jornal Folha de Guaratuba.

Ao congratular-se com a direção do Jornal e seu quadro de funcionários, rende a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sua homenagem ao idealizador.

REQUERIMENTO Nº 1721

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações pela eleição da nova diretoria da Associação do Comércio de Sucatas de Ferrosos e não-Ferrosos do Paraná.

No último dia 14 de julho, foi eleita a seguinte diretoria para a condução da referida Associação: Eduardo Rozwalk, Presidente; Luiz Lara Fernandes, Vice; Ademir Antônio Rolim Moura, Secretário e Romário C. Andreatta, Tesoureiro.

Empossados no dia 18 último, os dirigentes eleitos terão como principal atribuição a luta pela defesa dos direitos e interesses da classe.

Recebam os eleitos, os sinceros cumprimentos deste Poder pela eleição e posse e os melhores votos de uma gestão profícua e coroada de êxito.

Que do teor do presente, dê-se ciência à diretoria eleita, na sua sede à Rua Mal. Floriano, 4859, sala 03, CEP. 81.500.

Sala das Sessões, em 24.08.89.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 1722

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações, à Prefeitura e Secretaria de Esportes e Turismo de Castro, pelo lançamento do Guia Turístico de Castro, realizado nesta data, naquela municipalidade.

Vale destacar o excelente trabalho que vêm realizando os gestores municipais de Castro, o que tem garantido grandes conquistas para toda a população.

A Secretaria de Turismo e Esportes, em especial com o apoio da Prefeitura, dirigida pelo eminente administrador Izidoro C. Guedes, vem desenvolvendo trabalho destacado na promoção da cidade, como atração turística, além do apoio e incentivo para a prática de esportes.

Com a presente proposição, queremos, registrar, nos Anais do Poder Legislativo, colhendo esta oportunidade, o valor do dinamismo, da criatividade e dedicação para a boa gestão municipal.

Que do teor do presente, seja dada ciência ao Prefeito Municipal de Castro, ao Vice Prefeito, ao Secretário objeto da menção e aos Vereadores com assento à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 24.08.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1723

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que não seja desativado o módulo policial localizado na Vila Fanny, nesta Capital.

Segundo poderá ser verificado pelo abaixo-assinado anexo, organizado pelos moradores, o referido dispositivo tem garantido tranquilidade e segurança à população local, inclusive, com a coibição da violência.

A preocupação gerada nos moradores com a possibilidade de desativação do módulo, tem sido, principalmente quando compara-se os casos policiais na localidade antes da implantação do módulo e depois dela, através da qual poder-se-á constatar a redução gradativa e significativa no número de ocorrências.

Conhecemos a atual política de segu-

rança pública que entende ser o módulo policial dispendioso e que o serviço de rádio-patrolhamento pode oferecer melhor serviço à população, no entanto, cabe encaminhar a apreensão da população local, temerosa diante da decisão que pode ser adotada pela Secretaria de Segurança, desativando o módulo policial que ali está instalado.

Confiante na sensibilidade da Secretaria de Segurança Pública do Estado, aguardamos um pronunciamento favorável quanto à solicitação objeto deste expediente.

Sala das Sessões, em 24.08.89.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 1712

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Douto Plenário, seja registrado nos Anais da Casa a passagem do Dia do Soldado, 25 de agosto, nascimento de Duque de Caxias - Patrono do Exército Brasileiro.

Sala das Sessões, em 24.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em todas as épocas e em todos os tempos sempre incumbiu-se ao exército a defesa da honra e da integridade da pátria. Pode-se afirmar ser o exército a alma mater da nação. Nele se integram o espírito de sacrifício e de heroísmo, de abnegação e renúncia, de ordem e de disciplina.

Organismo funcional do estado a ele cabe defender-lhe a estrutura e a constituição contra os ataques que porventura os ameacem. Não se confunda, entretanto, o soldado militar com o militarismo. O militar é o cidadão fardado a serviço da pátria. Militarismo é um estado de espírito sem visão, que acha que tudo se pode resolver pela força bruta, com o desprezo da liberdade e das forças da inteligência.

A História trouxe até nós, nomes de militares excelsos, que nunca entretanto, possuíram espírito militarista. Entre nós, o grande Caxias, a nossa maior figura militar, pois sem dúvida, possuía um espírito eminentemente civilista, e por isso mesmo tornou-se um militar completo, modelo de cidadão e de soldado.

REQUERIMENTO N° 1711

Senhor Presidente.

Diz a Constituição Federal em seu artigo 144:

"Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

IV - Polícias Cíveis;

V - Polícias Militares e corpos de bombeiros militares."

Qualquer situação que fuja do disposto neste artigo é pura inconstitucionalidade.

Além disso, a omissão do Estado em relação a um dever constitucional, colocando em risco a segurança da população, constituiu-se em crime de prevaricação dos agentes públicos responsáveis.

Conforme denuncia o Jornal "Folha de Londrina" do dia 22/08/89, pág. 11, os proprietários de terras do Município de Nova Cantu e região estão constituindo milícias particulares, "com armas de grosso calibre à mão", "uma espécie de exército paralelo, preparado para tudo".

É preocupante, até porque resume a situação, a seguinte afirmação do jornal:

"Ali não há policiamento, nem existe autoridade. A afronta aos poderes constituídos do Estado é tão visível e cabal, que faz com que as Polícias Civil, Militar e Secretarias de Justiça e Segurança, sejam meras figuras retóricas. Ou um bom motivo de piadas."

O Estado, neste caso, assiste passivamente a sua própria substituição, com a benevolência de seus agentes, como por exemplo a afirmação do Delegado de Polícia local, classificando o "exército paralelo" como "empregados regulares" dos fazendeiros.

Esta postura do Estado é a revelação cabal do seu posicionamento ao lado dos afortunados, contra os trabalhadores e desfavorecidos social e economicamente. É o Estado contra as reformas necessárias, como a Reforma Agrária, e a favor da manutenção do "status quo", da concentração fundiária, responsável pela fome e miséria de milhões de seus cidadãos.

O silêncio ou a imobilidade dos responsáveis pela segurança pública poderá ser a causa de uma situação cujas consequências poderão ser imprevisíveis, porque, como diz a mesma matéria Roncador é um barril de pólvora, pronto a explodir na cara do Estado. E, qualquer lamúria será tardia.

Diante do exposto, Requeiro, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, ao Comandante Geral da Polícia Militar e ao Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando as medidas cabíveis contra aqueles e outros abusos cometidos pelo atrevimento e audácia dos fazendeiros contra a população organizada, ao arrepio da Constituição e da Lei.

Requer, ainda, o envio da cópia deste requerimento aos Sindicatos de Trabalhadores da região, à Central Única dos Trabalhadores do Paraná, ao Movimento dos Agricultores sem terra e à Comissão Pastoral da Terra.

Sala das Sessões, em 24.08.1989.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 1720

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente oficial deste Poder Legislativo à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, solicitando a extensão da rede de energia elétrica, aos moradores da Rua Ivaiporã, no Jardim Paranaense, Alto Boqueirão, nas proximidades do pátio de manutenção da AGEF, da Rede Ferroviária Federal.

Ocorre que no local supra mencionado, cerca de 200 (duzentas famílias) estão residindo em moradias, em precaríssimas condições, por falta de energia elétrica.

Conforme o abaixo-assinado em anexo, isso vem trazendo muitos transtornos à população local e, inclusive, colocando em risco as moradias, nas quais, a população costuma lançar mão de velas e outros expedientes, com fim de produzir iluminação, durante a noite.

Há dificuldades, alegadas pelos moradores, quanto à manutenção das condições de higiene e asseio das crianças residentes no local, pela carência desse mecanismo de energia.

Certo de que a COPEL, sensível à situação reclamada, dará provimento à presente solicitação, aguardamos, dentro da brevidade que o próprio caso requer, um pronunciamento favorável.

Que do teor desse, seja dada ciência aos moradores da localidade em questão, através da Associação de Moradores Castelo Branco, no Jardim Paranaense.

Sala das Sessões, em 24.08.1989.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 1718

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, o encaminhamento à douta Comissão Executiva, do seguinte.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1. - Qual o número de gabinetes, destinados ao uso dos Deputados, existente na Assembléia?

2. - Como encontram-se os mesmos distribuídos?

3. - Qual a metragem de cada um dos gabinetes?

4. - Qual o equipamento existente em cada gabinete (máquinas de escrever, linhas telefônicas, computadores, etc.)?

5. - Quais os Deputados que ocupam mais de um gabinete?

6. - Identificar os gabinetes e seus respectivos ocupantes.

7. - Identificar, especificando, o equipamento existente por gabinete.

Sala das Sessões, em 24.08.1989.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

O Deputado requerente ocupa gabinete de dimensão diversa do comum, razão pela qual deseja ser informado quanto aos critérios utilizados para concessão dos mesmos, para que não pairam dúvidas de que, a atual Mesa, vem dispensando tratamento igualitário na distribuição dos gabinetes.

REQUERIMENTO N° 1716

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência aos Membros do chamado "Projeto Jumbão", solicitando que nos informe quais os critérios adotados para a distribuição das verbas do selo-pedágio aos Estados.

Sala das Sessões, em 24.08.1989.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

O Paraná resultou extremamente prejudicado na distribuição das verbas do selo-pedágio.

Dos 330 milhões de cruzados novos previstos até o final do exercício, o Congresso Nacional procedeu à distribuição de 165 milhões.

Coube ao Paraná apenas NCZ\$ 2 milhões, pouco mais de 1% do total.

Com referência a verba suplementar também fomos mal contemplados.

Tal distorção mostra porque a credibilidade da classe política tem sofrido tantos abalos.

Este estado de coisas precisa de mudanças reais e não apenas nominais, e que acima dos interesses de uns poucos esteja como preocupação maior a integração do Paraná no cenário político brasileiro, sob pena de abrir-se o desafio da eficácia da democracia federativa.

REQUERIMENTO N° 1714

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário o envio do expediente ao Senhor Deputado Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, comunicando a intenção deste Parlamentar, de realizar um fórum sobre violência, nos dias 09 a 11 de outubro no auditório "Deputado Luiz Gabriel Sampaio", no sentido de podermos ouvir as autoridades envolvidas com a Segurança Pública, a nível Estadual e Federal.

Sala das Sessões, em 24.08.1989.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A Segurança Pública é um dever do Estado, entretanto, nos meses e dias que se passam, cresce o número de seqüestro, assaltos e raptos de crianças indefesas, além de outras atrocidades cometidas contra nossa população. Necessitamos de uma resposta ou orientação e se possível mecanismos para coibir tal situação.

REQUERIMENTO N° 1724

Súmula: Requer à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, a tomada das providências necessárias para a responsabilização do Secretário de Estado da Agricultura, Osmar Dias, pelo não acatamento ao disposto pela Constituição do Estado.

Senhor Presidente.

Tendo em vista que a Assembléia Legislativa aprovou, na sessão do dia 03 de maio próximo passado, requerimento de autoria deste Parlamentar, ao Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Osmar Dias, a fim de que fossem esclarecidas as denúncias de distribuição irregular de benefícios através daquela Secretaria, levadas a efeito pelos Senhores Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, José Minhoz (matéria Jornal Folha de Londrina, dia 27.04.89, anexa) e Deputado Estadual Luiz Carlos Alborghetti (notas taquigráficas da sessão ordinária do dia 19 de abril próximo passado).

Que o referido Pedido de Informações foi encaminhado ao seu destinatário no dia 15 de maio de 1989, através do ofício n. 2186/DA/CEA/SC, assinado pelo primeiro secretário deste Poder, Deputado Tadeu Lúcio Machado, portanto, há, mais de três meses, extrapolando o limite expresso pelo artigo 20, § 2° da Constituição do Estado, que obriga os Secretários de Estado a responderem os pedidos de informações do Poder Legislativo dentro de trinta dias.

Entendemos que não pode existir qualquer óbice que impeça o referido Secretário em remeter as informações solicitadas por este Poder, conforme faculdade estabelecida pela Constituição Estadual e Constituição Federal, no prazo estipulado de trinta dias acrescidos de mais sessenta dias de tolerância, em virtude do recesso parlamentar pelo qual passou a Assembléia Legislativa do Estado.

A prerrogativa do Pedido de Informações é uma das mais importantes para o Poder Legislativo desenvolver a secular atribuição fiscalizadora no Estado, não há como admitir que uma autoridade suponha sua posição ser superior à Constituição do Estado, sob pena de, se assim agir, estar avançando com violência sobre outro Poder, cuja coexistência dos demais deve

ser harmônica porém, independente.

DECRETA:

Esta Casa deve zelar e pugnar intransigentemente pelo resgate e pela garantia das suas prerrogativas, principalmente, sua prerrogativa primordial: a fiscalização.

O caso objeto do Pedido de Informações, não esclarecido, confronta a população com o Poder Legislativo que, não exercendo seu poder fiscalizador, é subentendido como omissor, o que jamais ocorreu com esta prestigiosa Casa que sempre devotou respeito e consideração para com os demais Poderes.

Esta Casa Legislativa, no momento Constituinte, em que derroga os aspectos arbitrários e mais atrasados da Carta Constitucional, reafirma as atribuições legislativas, consoante à Constituição Federal, como no caso ora abordado, no artigo 50, § 2º, quando confere a prerrogativa da solicitação de informações ao Poder Legislativo e qualifica o não cumprimento de tal dispositivo, por parte dos consultados, como crime de responsabilidade.

A Douta Mesa Executiva, compreendendo a importância desta exposição, como representante do Poder Legislativo do Estado, constatando através dos arquivos documentais desta Casa, a inexistência de qualquer tipo de resposta ao ofício nº 2186/89/DA/CEA/SC, que encaminhou nosso pedido de informação e que isto configura o não atendimento ao disposto claramente pela Constituição do Estado, REQUER, no uso de suas prerrogativas parlamentares, sejam tomadas as providências necessárias para a responsabilização do Secretário destinatário da solicitação de informações, conforme expressa a Constituição do Estado, na forma do artigo 53 da mesma Carta.

Sala das Sessões, 24.08.89.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja transcrito nos Anais desta Casa, o artigo "Paraná Discriminado pela União", publicado na 6ª página da "Gazeta do Povo", edição de 22 de agosto de 1989.

Requer, ainda, que da decisão sejam informados os Senadores do Paraná no Congresso Nacional e os Deputados Federais eleitos pelo Paraná.

Sala das Sessões, em 24.08.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 218/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a alienação, a título de doação do Hospital de Crianças César Pernet, à Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro.

Parágrafo Único - O imóvel a ser doado se constitui de prédios e terreno situado na Av. Silva Jardim, esquina com a Rua Desembargador Motta, com 74,62 metros de frente para a referida Avenida; 74,80 metros para a Rua Desembargador Motta e 74,46 de fundos, no lado leste, cuja área encontra-se construído o Hospital; transcrito sob o n. 13.430 do livro 3-1 do Registro de Imóveis da 5ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º - O imóvel objeto da doação de que trata esta lei fica gravado com a cláusula de inalienabilidade que deverá constar do respectivo título e será destinado ao atendimento médico hospitalar pediátrico multidisciplinar, ambulatorial e de internamento, obedecidos os Estatutos da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, considerada de Utilidade Pública a nível municipal pela Lei n. 3216 de 27 de março de 1968; a nível estadual pela Lei n. 5312 de 05 de março de 1968 e a nível Federal pelo Decreto Lei n. 65908, de 19 de dezembro de 1969.

Art. 3º - No caso de utilização diversa da especificada no artigo anterior, o imóvel reverterá ao patrimônio do Estado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, uma entidade independente, privada, porém comunitária, filantrópica, sem fins lucrativos, reconhecida nos três níveis governamentais como de Utilidade Pública, nasceu há 33 anos, em 1956 de um pequeno projeto idealista pela vontade de um grupo de pessoas que pretendiam suprir as necessidades de recursos do Hospital de Crianças César Pernet, de propriedade do Estado, que enfrentava problemas, principalmente na área financeira.

A intenção era realizar campanhas, efetuar doações, pagar despesas e criar outras formas de geração de recursos capazes de suprir as necessidades do Hospital.

O envolvimento nesse trabalho trouxe a necessidade de ampliar o atendimento às crianças e de expandir a campo de ação.

De um projeto de lei que doava à Associação um terreno na Avenida Iguaçu, apresentado pelo Excelentíssimo Senhor De-

putado Anibal Khury e aprovado unanimemente pela Assembléia Legislativa, nasceu o Hospital Infantil Pequeno Príncipe que desde que foi inaugurado em 1971, formou-se em posição de vanguarda, ganhando o reconhecimento da classe médica e da população.

Na década de 70 a crescente demanda obrigou a aquisição de maior aparato tecnológico médico e de apoio e em consequência foi iniciada a construção do novo prédio do Hospital Pequeno Príncipe, ligado ao já existente, permitindo ampliar a capacidade do Hospital para os atuais 250 (duzentos e cinquenta) leitos. E, em 1974 o Hospital de Crianças César Pernetta foi cedido pelo Estado e mantido pela Associação Paul Carneiro.

A integração foi total. Os dois Hospitais desde então se complementam. Todos os serviços foram fundidos e implementados dentro de uma única estrutura organizacional que vem prestando serviços-médico hospitalares da melhor qualidade às crianças.

Hoje essa estrutura oferece 420 (quatrocentos e vinte leitos para as mais diversas sub-especialidades médicas e um corpo clínico altamente especializado, com 600 (seiscentos) funcionários.

Os dois hospitais formam hoje um grande complexo hospitalar pediátrico da mais alta classificação entre os hospitais brasileiros de atendimento infantil e Centro de Referência Nacional do Sistema Integrado de Cirurgia Cardiovascular do Ministério da Saúde.

São cerca de 15 mil metros quadrados de área construída oferecendo atendimento a crianças na faixa etária de zero a doze anos nas mais diversas especialidades incluindo serviço social, serviço de psicologia Clínica, fisioterapia, hemodiálise e hemodinâmica e até creche para os funcionários de baixa renda.

Pelas portas desses hospitais passam, mensalmente, cerca de 11.000 (onze mil) crianças, numa média mensal de 1.000 (um mil internações e 10.000 (dez mil) atendimentos ambulatoriais.

A maior parte das crianças atendidas, é de Curitiba - 62% (sessenta e dois por cento).

Porém, recebem um significativo contingente de crianças provenientes do interior do Estado - 30% (trinta por cento) e de outros Estados - 8% (oito por cento) e algumas vezes de outros países.

De todos os pacientes, apenas 2% (dois por cento) são particulares, ficando a maior fatia com previdenciários do INAMPS - 90% (noventa por cento) e somente 8% (oito por cento) conveniados de outros institutos.

Recente pesquisa (maio/89) feita pela Comissão Interinstitucional da Saúde da

Mulher e da Criança, relatando as condições de eficiência dos serviços em Curitiba, classificou como "insatisfatórias" as condições gerais de nosso sistema de saúde, enquanto numa escala de 1 (um) a 100 (cem) classificava o Hospital Infantil Pequeno Príncipe como detentor de uma média 87 nestes mesmos serviços.

Existem muitos projetos a serem cumpridos, não apenas para acompanhar o aumento populacional, o aumento da tendência de concentração populacional nas grandes cidades, notadamente Curitiba e consequentemente decréscimo da qualidade de vida da população, mas também para ampliar e melhorar os setores de atendimento.

Os Estatutos da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Paul Carneiro proíbem distribuição de lucros, bonificações, vantagens ou dividendos para sua Direção, estabelecem que toda a renda deverá sempre ser revertida em benefício da pediatria e exige que sua Direção não seja remunerada.

O presente projeto de lei legalizará uma situação legítima, que trará apenas benefícios aos usuários dos hospitais, especialmente à população de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais presentes a esta sessão de hoje.

Por diversas vezes ocupamos esta tribuna democrática da Assembléia Legislativa do Paraná, para denunciar a falta de cumprimento com a Constituição da República, com a Constituição do Paraná e evidentemente o desrespeito aos poderes constituídos e às normas institucionais vigentes.

Neste final de semana estive na Região Centro do Paraná.

Estive na Região de Campo Mourão, aonde pude presenciar pessoalmente, como o abuso daqueles que ao longo da história costumam desrespeitar a ordem institucional, que ainda está enraizada no Estado do Paraná.

Matéria publicada no jornal "A Folha de Londrina", da última terça-feira, 22.08.89, traz chamada noticiosa que diz o seguinte:

"Roncador, uma explosão de conflitos no campo".

Aí a matéria relata que ao longo da estrada que liga Nova Cantu a Roncador,

aonde existem vários latifúndios e o jornal "Folha de Londrina" denuncia a presença de mais de trezentos homens armados, que não respeitam a autoridade, que desconhecem o Estado e que estão lá fazendo parte de milícia armada, para dar sustentação a uma propriedade que certamente, pelo comportamento demonstrado, é um comportamento que é uma propriedade injustificável.

Diz a "Folha de Londrina".

"Onde mais de trezentos homens com armas de grosso calibre à mão, para quem quiser ver, demonstra todo clima de tensão nos municípios. Contratados por fazendeiros da região, eles formam uma espécie de exército paralelo.

Ali não há policiamento, nem existe autoridade. A afronta aos poderes constituídos do Estado é tão visível e cabal, que faz com que as Polícias Militar e Civil, e Secretarias de Justiça e Segurança sejam meras figuras de retórica ou um bom motivo de piadas".

Diz a "Folha de Londrina".

Não se trata de um simples jaguncismo mas de homens enviados por empresas proprietárias de grandes áreas de terras, assustados e desesperados, que tentam cumprir a tarefa que o Estado não assume.

Para o comandante, a orientação superior é que não interfiramos. Sei que tem algumas fazendas com funcionários contratados, diz o comandante da Polícia Militar daquela região.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, essa é uma situação preocupante, onde um cidadão qualquer, se for preso ou se for flagrado portando um canivete, ou roubando uma galinha para matar a sua fome, ele é preso, torturado e condenado, enquanto que por outro lado empresas contratam milícias armadas aos olhos dos meios de segurança, na frente das autoridades, e o aparelho de segurança do Estado do Paraná reconhece e confessa que está inoperante diante de tal abuso de poder.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que nós estamos nesta sessão de hoje encaminhando requerimento, queremos o aval desta Assembléia Legislativa para que seja oficiado o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, para que as providências devidas sejam tomadas.

Ou todos andemos armados ou ninguém. O melhor é que ninguém.

Que somente o Poder Público seja o responsável de manter a ordem pública e a ordem social, porque se não, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se valer a lei da força pode ser que amanhã estejamos arrependidos.

Era isto, Senhor Presidente, era isto, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PTN se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Consulto à Liderança do PDC se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

"Nós queremos, através desta tribuna, registrar hoje, nesta casa, nossa mais grave preocupação com a desconsideração de algumas autoridades estaduais que, nos últimos meses, foram acionadas por este Plenário, por este Poder, através de pedidos de informação e que até hoje não se dignificaram em respondê-los.

Vejam, Senhores Deputados: qual a função principal do Poder Legislativo?

Obviamente a de legislar e a de fiscalizar. Em grande número de vezes, estas duas funções caminham juntas, dependentes, inclusive, porque legislamos, também, para criar instrumentos de fiscalização.

Neste momento em que estamos, nesta Assembléia, investida de Poder Constituinte, escrevendo a nova Carta do Estado, reafirmamos as prerrogativas do Poder Legislativo, dentre as quais, a fiscalizadora.

Nesse sentido, quero observar o artigo 78 do Projeto de Constituição, que diz: "A Mesa da Assembléia Legislativa poderá encaminhar pedidos de informação escritos aos Secretários de Estado, a requerimento de qualquer Deputado, após aprovado pelo Plenário". E o seu parágrafo único:

"Em caso de recusa ou não atendimento no prazo de trinta dias, bem como de prestação de informações falsas, poderá o Secretário ser responsabilizado, na forma da Lei".

Esta, entretanto, não é uma prerrogativa nova do Poder Legislativo mas, inclusive, já está na atual Constituição, no

seu artigo 16, parágrafo único.

Encaminhamos, através desta Casa, no dia 03 de maio deste ano, pedidos de informação ao Secretário de Estado da Agricultura para que esclarecesse as denúncias formuladas quanto à prática incorreta de distribuição de recursos da sua Pasta, pelo Prefeito de St.^a Cecília do Pavão, José Minhóz, através do Jornal "Folha de Londrina", do dia 27 de abril e pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti, nesta Assembléia Legislativa, no dia 19 de abril deste ano, conforme registro nas notas taquigráficas.

Este Plenário aprovou nosso pedido de informação e a Assembléia Legislativa encaminhou-o ao Secretário da Agricultura, no dia 15 de maio de 1989, através do ofício nº 2186/89/DA/CEA/SC, assinado pelo Deputado Tadeu Lúcio Machado, primeiro secretário deste Poder.

Essa informação nos foi prestada pelo ofício de nº DA/CEA/SC-837.89, da mesma Secretaria deste Poder.

Naturalmente, a partir desta data, conforme dispõe o artigo 20 da Constituição do Estado, o seu parágrafo 2º, o Secretário consultado teria o prazo de 30 dias para responder nosso requerimento.

Passaram-se os trinta dias, o recesso parlamentar e mais trinta dias e, até hoje, nenhuma explicação foi apresentada a este Poder, pelo Secretário consultado.

Isto não se trata de oposição infundada, nem de perseguição ao Secretário da Agricultura, mas, trata-se de um protesto pela falta de consideração e afeto a este Poder, uma vez que o requerimento, após aprovado, não é de iniciativa deste ou daquele Deputado, mas, notoriamente, um interesse geral do Parlamento. Se não fosse, cada Deputado, então, encaminharia os seus pedidos de informações.

No entanto, até esta data, nenhum esclarecimento foi prestado pelo Secretário, quanto às denúncias levantadas contra si.

Essas denúncias, quero lembrar, não foram levantadas pelo Deputado Algaci Túlio, e sim pelo Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, José Minhóz e pelo nobre companheiro desta Casa, Deputado Alborghetti.

Eu quero registrar, também, que o não atendimento ao nosso pedido de informação, não representa um desprestígio ao Deputado Algaci Túlio, mas, é um desrespeito a este Poder a todos nós parlamentares.

Está sendo ferida uma prerrogativa desta Casa Legislativa, a de fiscalizar. Nós merecemos tratamento sempre cordial e respeitoso por parte dos Secretários do atual Governo.

O Secretário Antônio Lopes de Noronha, por exemplo, da Segurança Pública, sempre acionado por nós e sempre atendendo prontamente.

No entanto, não podemos entender os motivos do Secretário de Estado da Agricultura não atender nosso pedido de informação. Nós não levantamos qualquer dúvida sobre a sua gestão, no nosso pedido de informação, pelo contrário, inclusive, proporcionamo-lhe uma oportunidade para esclarecer as denúncias que lhe foram endereçadas.

No entanto, o Secretário não correspondeu à nossa atenção e preferiu o silêncio para responder às denúncias.

Entendemos que esse tipo de comportamento não pode se tornar uma constante no Paraná, senão, a desordem e a desarmonia entre o Legislativo e o Executivo seriam perpetuadas. Por isso, é iminente que tomemos as providências necessárias para impedir que tais fatos se tornem corriqueiros e despercebidos, quando mostram, claramente, desrespeito e desconsideração à Constituição e ao Legislativo.

Encaminho, hoje, à Mesa, requerimento para a tomada de providência no sentido da responsabilidade do Secretário, pelo não cumprimento da Constituição, no tocante aos pedidos de informações por este Poder aprovados.

Se não tomarmos medidas enérgicas para preservarmos nossas prerrogativas, estaremos nos calando e nos omitindo, inclusive, atentando contra o próprio Poder Legislativo, do qual, por ora, somos representantes".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PRP.

(DECLINA).

Com a palavra a representação do PSDB.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou continuar o discurso do Deputado Algaci Túlio.

É exatamente o mesmo assunto: pedido de informação ao Senhor Secretário da Segurança Pública, formulado no dia 10 de maio de 1989.

Súmula: "Requer o envio de ofício à Secretaria da Segurança Pública, solicitando cópia de dois inquéritos policiais militares relacionados com os fatos ocorridos por ocasião da greve dos professores no dia 30 de agosto de 1988; o 1º deles presidido pelo Coronel Busnardo de Melo, e o 2º pelo Coronel Caiuti, cuja remessa deverá ser encaminhada no prazo de 10 dias após o recebimento deste".

Quero louvar a Assembléia Legislativa e sua Mesa porque o requerimento, formulado no dia 10 de maio foi devidamente encaminhado ao Senhor Secretário Antônio Lopes de Noronha, já no dia 07 de junho, e até

hoje, decorridos julho e agosto e quase setembro, quase 90 dias, e nenhuma resposta.

O Deputado Rafael Greca do PDT também cobrava pedido de informação.

Senhor Presidente, distinta Mesa, e Senhores Deputados. Eu acho que agora quando apreciarmos o 1º turno da Constituinte, nós vamos ter de detalhar isso na Constituição, estipular o tempo, o prazo, a responsabilidade, o crime, e quanto vai levar de cadeia o Secretário que não respeita o Poder Legislativo.

Nós deveremos fazer uma lei dentro da Constituição detalhando isso, talvez dizer horário, dia e local em que ele vai ter de prestar essa informação, ou aonde o Deputado vai encontrá-lo porque, do jeito que está, o Deputado tem que ir atrás do Secretário para que ele forneça as informações. E essas informações todas solicitadas não são mera iniciativa burocrática do parlamentar; esse pedido de informação tem o sentido de dar o desdobramento ao encaminhamento do assunto que foi solicitado. Deputado Algaci citava 30 dias para a resposta. Aqui no meu requerimento está em dez. Vamos ficar com os trinta dias da Constituição e nem assim... Ora, nós somos constituintes, fazendo uma Constituição e estamos vendo o desrespeito da anterior e estamos prevendo o desrespeito da próxima.

Ora discute-se no plenário, na reunião de lideranças, na Comissão Constitucional o reforço do Poder Legislativo das suas atribuições, das suas prerrogativas. Ora na medida em que não há o cumprimento do dispositivo constitucional, nada se cumpre neste País. O desrespeito à Constituição é o desrespeito à ordem democrática. Sem Constituição não há democracia. E afinal nós temos hoje uma Constituição Federal, feita por um processo constituinte e estamos fazendo a mesma coisa aqui.

Sr. Presidente, solicito que a Mesa da Assembleia Legislativa tome as providências, as mais sérias possíveis, uma recomendação, uma advertência ou uma solicitação, eu não sei qual o vocábulo mais educado, mais contundente, para que, os pedidos de informação da Assembleia Legislativa tenham, quando encaminhados ao Sr. Secretário, a recomendação de que se cumpra dispositivo constitucional de que um Poder deve respeitar o outro, que o princípio da harmonia dos poderes não deve ser interpretado pelos Secretários como princípio da submissão do Poder Legislativo à vontade do Poder Executivo.

Aqui é um Poder! O Poder Legislativo merece o devido respeito e esse respeito se faz à medida que se cumpre a Constituição. E para cumpri-la, é necessário que o Secretário de Estado preste as devidas informações, não apenas ao Deputado que re-

quer, mas a todos os Deputados. Porque na medida em que o requerimento é aprovado, a Mesa, como sempre tem feito, assume o compromisso do encaminhamento e a resposta devida é ao Poder, não é ao Parlamentar. E espero que a Mesa Executiva que tão bem tem sabido representar este Poder, quando atacado e quando vilipendiado, e inúmeras vezes testemunhamos aqui as manifestações da Mesa através do Sr. Presidente, tome as devidas providências, e escolha o vocábulo mais adequado para solicitar o cumprimento da Constituição. A contundência na representação parlamentar e acima disso e muito mais do que isso, tenha o recado que aqui ainda existe um Poder independente e que precisa receber as respostas do outro Poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Representação do PMDB.

(DECLINA).

Encerra-se o Horário das Lideranças. Antes porém a Mesa comunica aos Srs. Deputados Algaci Túlio e Nereu Carlos Massignan que acaba de determinar que se institua um livro de controle dos pedidos de Informação aqui na Mesa. E ainda hoje nós estivemos em companhia do Líder do Governo, Deputado Artagão Mattos Leão, com o Sr. Governador e fizemos ver ao Sr. Governador esta anomalia - não sei se o vocábulo seria este: "esta anomalia" e o Governador determinou providências para que todos os Secretários respondessem, imediatamente, os pedidos de Informação da Assembleia.

E eu creio que essa medida do Governador fará por sanar essa irregularidade. Mas, afirmo a Vossa Excelência que se não ocorrer isso a Mesa vai tomar providências enérgicas nesse sentido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 43/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 20/89), que autoriza o Poder Executivo a alienar a Dinor Benazzi, a área de terras devolutas com 201 hectares, incorporadas ao patrimônio do ITCE, no Município de Marilena Paraná. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Com

Emenda de Plenário. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Emenda - Aprovada.

Projeto - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 113/89, de autoria do Deputado Homero Oguido, que declara de Utilidade Pública o "Centro Ocupacional de Londrina", com sede e foro na cidade de Londrina. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 31/89, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que denomina "Deputado Benedito Lúcio Machado" o auditório "A" do Edifício Tanerredo Neves. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 267/88, de autoria do Deputado Paulo Friatti, que declara de Utilidade Pública o "Movimento Ecológico Mater Natura", com sede nesta Capital. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 278/88, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que denomina "Rodovia José Miguel Lino" o trecho entre o Município de Rosário do Ivaí, até o Município de Grandes Rios. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 300/88, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do "Caput" do artigo 1º da Lei nº 5.872 de 11 de novembro de 1968. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 337/88, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que cria o Distrito Administrativo de Felisberto, no Município de Curitiba, com as divisas que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 66/89, de autoria do Deputado Orlando Pesutti, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Pais e Funcionários da SETR/DER", com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 145/89, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excep-

cionais de Palmas" - A.P.A.E., com sede e foro na Cidade de Palmas. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 201/89, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ivaí, Estado do Paraná, área de terra constituída pelos imóveis que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 45/89, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Tibagi, para que a população decida sobre criação do Município de Ventania. (Em anexo Projeto de Lei nº 199/89). Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 320/88, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA PRIMAVEIRA, com sede e foro no Município de Guaraçuva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 121/88, de 24.11.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 320/88

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Cândido Bastos, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA PRIMAVEIRA, com sede e foro no Município de Guaraçuva.

Ao analisar o projeto de lei, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei nº 6994, de 10.01.78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública.

Nestas condições, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do referido projeto de lei nesta Casa.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente

DAVID CHERIEGATE
Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 98/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que revoga a Lei nº 8.851, de 25 de

julho de 1989, (a referida Lei torna sem efeito a cessão, por doação, à Sociedade de Assistência aos Lázaros do Estado do Paraná, de imóvel situado na Colônia Argelina, Município de Curitiba). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 27, de 25.04.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 098/89

PARECER :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, objetiva revogar a Lei n° 8.851, de 25 de julho de 1988, a qual tornou sem efeito o Decreto n° 12.202, de 26 de novembro de 1941, através do qual o Governo do Estado cedeu, por doação, à Sociedade de Assistência aos Lázaros do Estado do Paraná, um imóvel, situado na Colônia Argelina, neste Município de Curitiba.

Como depreende-se da Justificativa do autor, os efeitos da Lei que se pretende revogar, além de interromper a continuidade dos trabalhos assistenciais que vêm desenvolvendo a sociedade, há mais de 40 anos, em benefício dos leprosos, naquela área, existem projetos para serem ali implantados novos setores visando ao atendimento da população carente.

Sendo assim, julgamos que a referida lei deva ser revogada, pois além de causar angustiantes problemas aos portadores de hanseníase, que ali são assistidos, colide com a própria política de ação governamental, que é, justamente, o implemento da assistência aos necessitados.

Sob o ponto de vista legal e constitucional, não há nada que impeça o prosseguimento da matéria.

Nestas condições, somos de parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei n° 98/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
GERNOTE KIRINUS
Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 98/89. Aprovado. Fica portanto, retirado por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei n° 98/89.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 143/89, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que denomina Rodovia Jamil Muchaili, a Rodovia PR.218, no trecho compreendido entre os Municípios de Ribeirão do Pinhal e Nova Fátima. Com PARECER FAVORÁ-

VEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 50, de 12.06.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 143/89

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado José Afonso Júnior, objetiva denominar de RODOVIA JAMIL MUCHAILI, o trecho da PR 218 compreendido entre os Municípios de Ribeirão do Pinhal e Nova Fátima.

A justificativa do projeto mostra os serviços prestados por Jamil Michaili aos referidos municípios, especialmente Ribeirão do Pinhal.

Sobre o aspecto legal, inexistem impedimentos de ordem regimental ou constitucional que obstaculem sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

O parecer é, portanto, favorável. Opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 08.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ANTÔNIO COSTENARO NETO

Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 160/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE PAIS E AMIGOS DO CENTRO SOCIAL E INFANTIL MARIA JOSÉ COUTINHO CAMARGO, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 59, de 27.06.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 160/89

PARECER:

O nobre Deputado Anibal Khury pretende através do projeto de lei em análise, declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE PAIS E AMIGOS DO CENTRO SOCIAL E INFANTIL MARIA JOSÉ COUTINHO CAMARGO.

O plano legal está devidamente justificado, estando anexada ao projeto de lei a documentação exigida pela legislação em vigor.

Somos, portanto, favoráveis a sua tramitação legal por esta Casa de Leis, opinando favoravelmente pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ANTÔNIO COSTENARO NETO

Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°

174/89, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que cria o Município de Godoy Moreira, "ad referendum" do resultado do plebiscito a ser realizado, segundo TRE, desmembrado do Município de São João do Ivaí, obedecendo as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n°66, de 08.08.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 174/89

PARECER:

O projeto em questão visa dar nova redação ao Art. 1º, da Lei n° 8.947, de 05 de abril de 1989, que criou o Município de Godoy Moreira, em função de equívoco ocorrido no tocante às divisas do referido Município.

No que diz respeito à constitucionalidade da medida pretendida, temos que a mesma atende aos requisitos e, no que esta Comissão é chamada a opinar, nada há que se apresente como óbice, motivo que nos leva a opinar pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 22.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
ANTÔNIO ANNIBELLI
Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 194/89, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que autoriza a criação do Instituto do Coração do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA.69, de 14.08.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 194/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da Excelentíssima Senhora Amélia Hruschka, visa autorizar o Poder Executivo Estadual a criar o Instituto do Coração do Paraná, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, com regime jurídico de Sociedade de Economia Mista.

Ao proceder-se à análise legal e constitucional do projeto em tela, notamos a sua conformidade com o Art. 196, da Constituição da República Federativa do Brasil, que preceitua ser a saúde um direito de todos e um dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. A criação de um instituto de tal objeto, dado à administração indireta do

Poder Executivo, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, atende ao princípio de limitação a expansão da administração direta, garantida a independência funcional controlada, visto que Sociedades de Economia Mista são entidades de personalidade jurídica de direito privado, instituídas por autorização de lei e organizadas por estatutos, com patrimônio próprio, e capital representado por ações de posse majoritária do Estado e fins declaradamente lucrativos.

Há de se salientar, o aspecto meritório da iniciativa legislativa, de suma relevância, além do mister interesse público.

Sendo assim, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, opina FAVORÁVELMENTE pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei, nada encontrando que possa regimentalmente obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 15.08.1989.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 194/89

PARECER:

De autoria da ilustre Deputada Amélia Hruschka, o presente plano de lei visa autorizar a criação do Instituto do Coração do Estado do Paraná, com sede nesta Capital, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde.

Foi mesmo devidamente analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, merecendo desta parecer FAVORÁVEL quanto ao aspecto legal e constitucional da matéria.

Ao procedimento de sua análise por esta Comissão de Finanças, só encontramos aspectos meritórios, além de nada entrarmos, quanto ao procedimento financeiro por parte desta, que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.08.1989.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO
Presidente
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO
Relator

PARECER
COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 194/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria

da nobre Deputada Amélia Hruschka, visa autorizar a criação do Instituto do Coração do Estado do Paraná, com sede nesta Capital, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde.

As Doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças posicionaram-se FAVORAVELMENTE à aprovação do referido projeto de lei quanto aos seus aspectos legal, constitucional e financeiro.

Esta Comissão de Saúde Pública, através de seu Relator, conforme lhe ortoga a competência o art. 56 do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, entende igualmente se posicionar FAVORAVELMENTE, já que é dever do Estado cuidar da saúde de seus cidadãos. Além do mais, vemos na proposta medida a enaltecedora intenção de atenuar o alto índice de mortalidade ligado a doença cardiovascular em nosso País.

Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.1989.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

SABINO CAMPOS

Relator

Sobre a Mesa, requerimento de nº 1725, de autoria da Sr.^a Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1719, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1708, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1707, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1709, de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1711, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1712, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1713, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1716, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1715, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 1720, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1723, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1718, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. A Comissão Executiva, através do 1º Secretário para informar.

Requerimento de nº 1714, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. A Comissão Executiva.

Requerimento de nº 1721, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1722, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1724, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - À Comissão Executiva.

Requerimento de nº 1694, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença neste Plenário do Senhor Kenishe Uehara, empresário e representante da colônia japonesa do Município de Cianorte. Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrada.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Gostaria também de registrar a presença do Prefeito de Porto Rico, Paulo Prates.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrada.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, marcando outra para segunda-feira à hora regimental com a seguinte Ordem do Dia: ...

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, consulto esta Presidência: qual o horário da sessão de segunda-feira e se não haverá a Sessão da Constituinte na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. Se-

rã à hora regimental, às 14h30 de segunda-feira, Sessão Ordinária. Na segunda-feira, provavelmente, o Relator entregará o seu parecer e aí marcar-se-á sessão para terça-feira - ainda em dúvida.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito Obrigado!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 267, 278, 300, 337/88, 66, 145, 201/89 e do Projeto de Resolução n° 45/89
- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 320/88, 143, 160, 174, 194/89
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 250, 253, 255/88, 40, 94/89

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LAURO LOBO ALCANTARA. EM SESSÃO DO DIA 24 DE AGOSTO DE 1989.

"PARANÁ DISCRIMINADO PELA UNIÃO"

Finalmente o Congresso Nacional procedeu à distribuição das verbas do selo-pedágio que, embora instituído em março, só agora completa sua implantação legal com a autorização para aplicação das receitas geradas. A previsão de arrecadação até o final do exercício vai a 330 milhões de cruzados novos, mas o Congresso só distribuiu os 165 milhões já recolhidos ao Tesouro.

Nessa distribuição o Paraná resultou extremamente prejudicado, ficando com apenas NCz\$ 2 milhões, pouco mais de 1% do total. Pernambuco, o estado do Deputado Relator da matéria, José Carlos Vasconcellos, levou 18 milhões; Maranhão, estado do presidente da Comissão Mista do Orçamento, deputado Cid Carvalho, foi aquinhado com 7 milhões (e compensado com verbas de um programa suplementar, como mostraremos adiante).

Minas Gerais levou 32 milhões; Rio Grande do Sul, 24 milhões; a Bahia, 13 milhões; Goiás, um estado beneficiado pela proximidade com o poder, 12 milhões. Mesmo Santa Catarina, que tem metade da superfície do Paraná, ficou com 6 milhões; São Paulo, com superfície similar, ficou com 14 milhões. O problema principal diz respeito ao Paraná, um estado do Sul permeado de rodovias federais, que restou à míngua

dos recursos do selo-pedágio.

Como se não bastasse, o Paraná foi também mal contemplado na distribuição paralela da verba suplementar de NCz\$ 916 milhões, procedida no Congresso na mesma ocasião. Ficou com um montante de 46 milhões, enquanto Minas recebeu 184 milhões; Maranhão, 179 milhões; Bahia, 119 milhões; Pernambuco, 77 milhões, entre outros. Nesse caso novamente o Paraná ficou com meio por cento da verba.

Tais recursos, conforme o plano de aplicação elaborado pelo DNER, se destinam à duplicação da BR-116, entre Curitiba e São Paulo, obra para a qual foi destinado NCz\$ 1 milhão. Para o diretor geral do DER paranaense, engenheiro Antônio Correa Ribas, é uma ironia: tal dinheiro não cobre a pavimentação de mais que 500 metros de pista dessa estrada que é a campeã de acidentes com mortes no Brasil. Outro eixo vital na ligação entre os estados do Paraná e Santa Catarina, a rodovia BR-376 (Curitiba-Joinville) terá 9 dos 20 milhões de cruzados novos necessários para sua duplicação. O restante dos recursos é pulverizado em obras e trechos sob responsabilidade da União situados em território paranaense.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, deputado Cid Carvalho, tentou justificar esse absurdo da concentração de verbas federais nos estados do Noroeste sob a alegação de que os limites da rolagem da dívida externa já beneficiam os estados do Sul e São Paulo. E também que seu estado - o Maranhão, também terra do presidente Sarney - abre novas fronteiras agrícolas que precisam de estradas.

A distorção federativa, que leva um governo a propor uma divisão de recursos claramente prejudicial a estados-membros da Federação - em que pese a decantada proficiência dos ministros da área econômica que a elaboram - é completada por um Congresso orientado não pelos superiores interesses nacionais, mas pelo fisiologismo larvar que está a ameaçar a credibilidade da classe política e põe em risco o próprio sistema federativo.

Porque os brasileiros que produzem a riqueza desta nação, nos territórios do Centro-Sul, não podem continuar aceitando que políticos de formação pré-histórica sigam vampirizando o esforço nacional em proveito de oligarquias eleitorais que se nutrem da seiva do subdesenvolvimento.

O próprio deputado Cid Carvalho, questionado sobre a excessiva canalização de haveres para o seu Maranhão natal, confessou ter alertado seus patrícios de que "o festival de verbas acabou".

Aos poucos, esperamos, devem mudar as

regras do jogo, em favor de uma democracia federativa mais modernizada, sob pena de risco à Federação. O Paraná deve se erguer, numa articulação de todas as suas forças, em defesa de sua legítima participação nos recursos administrados pelo poder central. Longe de lamentar uma even-

tual inação de nossa Bancada Federal, cuidemos de suplementar suas reivindicações, vigiando para que não nos tirem o que é nosso por direito. O episódio do selo-pedágio nos deve servir de alerta. Como rezava o provérbio latino: "O direito não socorre os que dormem".